

**ESAGAS STRONG - ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO**

Maria Carolina de Castro Silva

Formação do agronegócio no Brasil e seu crescimento nos anos de 2008 a 2018.

**ESAGAS STRONG - ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO**

Maria Carolina de Castro Silva

Monografia apresentada como exigência para a obtenção do grau de Bacharel em Economia, à Escola Superior de Administração e Gestão – STRONG ESAGS.

Orientador: Prof. Me. Raphael Bicudo

Formação do agronegócio no Brasil e seu crescimento nos anos de 2008 a 2018.

Santo André-SP

2020

## **Agradecimentos**

Aos meus pais por todo suporte oferecido. A todos que diretamente ou indiretamente ajudaram para que ocorresse esta monografia e a conclusão do curso.

Aos meus amigos de longe e de perto que em diversos momentos estiveram comigo nessa jornada universitária.

Agradeço em específico a Elaine e seu profissionalismo em me conduzir e orientar nos últimos anos.



## **Resumo**

Formação histórica do agronegócio em território nacional e desenvolvimento para que seja uma das nações de ponta no setor agropecuário. Ao longo do tempo a formulação do país como celeiro mundial, potência em seguimentos agrícolas, pecuários e conseqüentemente elevação do PIB. Dados e contexto governamental sobre o setor econômico, entendimento do agronegócio como uma porta de entrada e uma das prioritárias no comércio internacional e podendo chegar ao *Big Five* (5 maiores países exportadores de grãos).

**Palavras Chave:** Agronegócio; economia; PIB; agrário; pecuária; industrialização;

## **Lista de Gráficos**

Gráfico 1 - Variação histórica do PIB Brasileiro.....	20
Gráfico 2 - Participação do Agronegócio no PIB do Brasil .....	22
Gráfico 3 - Valores internos dos setores agrícola e pecuária .....	23
Gráfico 4 - Participação do ramo agrícola no PIB agronegócio.....	31
Gráfico 5 - Participação do ramo pecuário no PIB agronegócio.....	31

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1- Segundo Mandato Governo Lula.....	34
Tabela 2 - Primeiro mandato Dilma.....	35
Tabela 3 - Segundo Mandato Dilma.....	35

## **Lista de Figuras**

Figura 1- Representação esquemática de uma cadeia produtiva de produto de origem vegetal, segundo metodologia da EMBRAPA .....	27
Figura 2 - Representação de uma cadeia produtiva tipo dedicada, segundo metodologia EMBRAPA .....	28
Figura 3- Representação de uma cadeia produtiva com integração horizontal, segundo metodologia EMBRAPA.....	29



## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>AGRONEGÓCIO NO BRASIL.....</b>	<b>13</b>
CAFÉ .....	14
<b>DADOS 2008 A 2018 DO AGRONEGÓCIO .....</b>	<b>19</b>
PIB AGRONEGÓCIO .....	21
CADEIA PRODUTIVA DO AGRONEGÓCIO .....	26
RAMO AGRÍCOLA E PECUÁRIO NO PIB .....	30
CONJUNTURA GOVERNAMENTAL .....	32
<i>GOVERNO PT.....</i>	<i>32</i>
<i>POLÍTICA EXTERNA.....</i>	<i>34</i>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>37</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>38</b>

## INTRODUÇÃO

Ao longo da história do Brasil, o país tem se desenvolvido como uma nação agrícola que tem importantes atividades econômicas neste setor. Podem ser destacados diversos episódios históricos em que o agronegócio influenciou a economia do país e os hábitos de consumo da sociedade, como por exemplo: Durante o período de colonização e a origem das exportações do Pau Brasil sem nenhum efetivo de troca; No século XVI destacou-se a 'Lei das Sesmarias' que regulamentava a doação de terras para alta burguesia e a nobreza, o que influenciou diretamente o processo de colonização e a monocultura de açúcar apoiada em um regime escravocrata, e que gerou a expansão do latifundiário.

Durante o ciclo da borracha no século XIX, que teve seu centro na região Norte do país, o cultivo de árvores seringueiras para extração do látex contribuiu para o crescimento e desenvolvimento da região pautado na exportação para o mercado internacional deste produto. Porém esta cultura sofreu um importante declínio com a vinda da montadora de carros norte-americana Ford para o Brasil, e seu processo de criação da borracha como subproduto do petróleo.

Também se destaca o Ciclo do Café, uma das principais culturas responsáveis pela industrialização do Brasil no início do século XVIII, que se manteve como uma importante atividade na economia nacional. A região Sudeste transformou-se na principal produtora de café e destacou-se como principal centro exportador, econômico e político do Brasil. Neste período também é marcado por um instável cenário político no país com alteração de poderes presidenciais. "Este subdesenvolvimento brasileiro é dual, heterogêneo e estrutural." (Bresser; Pereira Luiz, p. 18).

Durante o período colonial até 1808, o regime capitalista foi mercantil central. Depois houve a alteração para primário-exportador de subdesenvolvimento com a predominância do capital industrial até 1930. No período conhecido como capitalismo industrial está pautado o modelo de industrialização substitutiva de importações entre 1930 a 1954, e então o modelo de subdesenvolvimento industrializado até 1964.

O subdesenvolvimento brasileiro, inclusive, só se pode ser aplicado nos quadros dessa dependência. Esta dependência vem

mudando de caráter à medida que o país se desenvolve, mas continua a ser não apenas uma característica, mas também fundamento do subdesenvolvimento brasileiro. (Bresser Pereira, Luiz, p.21).

Podemos então observar que desde sua colonização, o Brasil é um país agrário, e que recebeu o título de “celeiro mundial” pela revista *The Economist* em sua edição de agosto de 2010, e com grande pauta exportadora em determinados produtos como soja, suco de laranja e milho, proteína de frango e café nos últimos anos como alavancagem de produção, ótimas safras e safrinhas, com preços e mercado internacional forte.

O agronegócio tem sido um grande suporte para o Produto Interno Bruto do país, como uma alavanca de desenvolvimento para o investimento tecnológico acentuado, a especialização de insumos agrários e fertilizantes, e também a profissionalização da mão-de-obra desde ‘dentro da cadeia’ até o ‘fora da cadeia produtiva’.

Estes investimentos geram impactos positivos nas atividades agrícolas do país, e com isso, a elevação da sua capacidade de produção de alimentos. Indicadores sugerem que os setores da agricultura, pecuária e agronegócio são de grande importância para a geração do crescimento econômico brasileiro. (Figueiredo et al., 2012).

O conceito *agrobusiness* foi criado em 1955 nos Estados Unidos, tanto para nomear a crescente aproximação entre a agropecuária e segmentos, como a identificação do processo produtivo entre a ‘montante’ e a ‘jusante’: As funções a montante da agropecuária são aquelas ‘dentro da cadeia’, e estão vinculadas ao fornecimento de máquinas e insumos para a atividade. As funções a jusante, ‘fora da cadeia’, são relacionadas à armazenagem, ao transporte, à industrialização e ao comércio de itens com origem na agropecuária.

Na primeira menção pública ao termo, John Herbert Davis e Ray Allan Goldberg, criadores deste conceito o definiram como:

[...] a soma de todas as operações da fazenda, mais a manufatura e a distribuição de todos os insumos de produção

agrícola providos pelos negócios, mais o total das operações realizadas em conexão com a manipulação, estocagem, processamento, e distribuição de commodities agrícolas (1955: 5)

## **AGRONEGÓCIO NO BRASIL**

No Brasil o termo agronegócio começou a ser utilizado na década de 60 com a compreensão de seu conceito e dos benefícios que este traz para a economia do país. Muito se fala sobre as atividades do agronegócio nas indústrias multinacionais, porém é importante também destacar o agronegócio da pauta familiar, pois de acordo com a definição do conceito deste segmento, centenas de produções em todo o Brasil garantem o desenvolvimento econômico de suas famílias.

A produção familiar tem uma vertente forte no Brasil e no mundo, como o incentivo do consumo consciente, produtos orgânicos e com pouco ou nenhum uso de fertilizantes e pesticidas (que normalmente são usados na produção em escala do grande produtor e suas cadeias). Os impactos da produção familiar são percebidos além da geração de renda, pois trazem consigo uma identidade cultural como diferentes técnicas de manejo da terra e uma apropriação de hábitos tradicionais para cuidado e produção.

Esta vertente tem forte crescimento com o apoio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), para que seus beneficiários possam acessar diversas linhas de crédito, custeios para projetos de safras e atividade agroindustrial, seja no investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, em que foram consultadas mais de 5 milhões de propriedades rurais de todo o Brasil, cerca de 77% dos estabelecimentos agrícolas do país foram classificados como da agricultura familiar. Este setor também foi responsável por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários naquele período. (IBGE- SIDRA- Censo 2017).

De acordo com sociólogo brasileiro Ricardo Abramovay em sua publicação 'Paradigmas do capitalismo agrário em questão', a agricultura familiar "[...] é altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder as políticas governamentais" [...] "A agricultura familiar é a transformação do *hobbie* ou a fuga dos momentos do ser humano ou

até mesmo modo de vida que virou profissão. [...] "a agricultura familiar e o agronegócio, são membros de uma mesma ordem: agricultura capitalista contemporânea" (ABRAMOVAY, 1992)

Se houver uma mudança no padrão do agronegócio e sua capacidade industrial que possa se sustentar nos próximos anos, representará um grande incentivo para o fortalecimento das famílias do meio rural, através, entre outros fatores, do aumento da demanda interna de alimentos e de seus efeitos sobre a expansão da agricultura familiar no país.

O primeiro modelo de agro exportação que obtivemos com grande escala do Brasil foi o café e dele se baseou o modelo industrial agrário que temos hoje. O café tem forte influência no Brasil e ele faz a transição da pauta econômica rural para o desenvolvimento industrial.

## **Café**

Durante a primeira metade do século XX o Brasil foi responsável por mais da metade da produção mundial de café, o que colocava o país no centro de qualquer estratégia comercial neste mercado em nível mundial. Tais estratégias passavam pelas políticas de valorização dos grãos, por toda a logística de embarques e de distribuição em nível mundial, e nos estímulos aos demais países produtores e uma crescente concorrência. Na outra ponta, os EUA respondiam por cerca de 70% do consumo mundial na década de 1940.

Podemos observar os governos 'café com leite' que para FURTADO (2000), a caracterização formal do Estado na Primeira República (1889-1930) – também chamada de República Velha – aproximava-o do modelo liberal democrático: uma república federativa, na qual os estados tinham razoável autonomia e a formação econômica altamente baseada nesta *commodite* .

A expansão cafeeira da segunda metade do século XIX, durante a qual se modificam as bases do sistema econômico brasileiro, constituiu uma etapa de transição econômica, assim como a primeira metade desse

século representou uma fase de transição política. É das tensões internas da economia cafeeira em sua etapa de crise que surgirão os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento, concluindo-se então definitivamente a etapa colonial da economia brasileira. De acordo com Furtado (1954), na República Velha (1889-1930) a economia brasileira dependia quase exclusivamente do bom desempenho das exportações, que na época se restringiam a algumas poucas *commodities* agrícolas, caracterizando assim a economia brasileira como agroexportadora. Essa foi a forma de inserção da economia brasileira na economia mundial desde o período colonial, variando ao longo do tempo seus produtos: açúcar, ouro, algodão, café e borracha.

E no meio dessas grandes dificuldades que o café começa a surgir como nova fonte de riqueza para o país. E nesta economia, cabia aos bancos ingleses proporcionar recursos financeiros para a produção, transporte e comercialização do café e, às indústrias inglesas, fornecer produtos manufaturados. Neste período é deixado com grande consistência ainda, entre os cafeicultores e os Estados produtores de café, o acordo de Taubaté, em 1906, que tinha como objetivo central a defesa e a valorização do produto, implicando na tomada de empréstimos junto aos bancos ingleses para viabilizar a aquisição dos excedentes (FURTADO, 2000). A partir do Convênio de Taubaté, sofisticaram-se os métodos de defesa do café e o governo passou a comprar os excedentes de produção, financiado por empréstimos externos.

Nas palavras do então Presidente do Brasil, Epitácio Pessoa: “o café representa a principal parcela no valor global de nossa exportação e é, portanto, um problema nacional, cuja solução se impõe à boa política econômica e financeira do Brasil”<sup>1</sup>

Ao transformar o café em pauta de exportação, o desenvolvimento de sua produção se concentrou na região montanhosa próxima da capital do país que no momento é a cidade do Rio de Janeiro, assim nas proximidades dessa região, existia relativa abundância de mão-de-obra, em consequência da desagregação da economia mineira. Economia está que havia sido fortemente massificada com

---

<sup>1</sup> Antônio DELFIM NETTO. Op. Cit., p. 78

a extração de ouro e demais. Por outro lado, a proximidade do porto do Rio de Janeiro permitia resolver um problema logístico, colocando em prática o veículo que existia em grande abundância: a mula. Dessa forma, a primeira fase da expansão cafeeira se realiza com base num aproveitamento de recursos preexistentes e subutilizados.

O café não pertence mais, daí por diante, ao fazendeiro – senão somente nominalmente: o comissário adianta recursos por conta da safra, vendendo-a aos preços correntes e aceitando o saque do produtor, num ajuste de confiança e não de papel. (...) a economia gira mais em torno do escravo e da exportação que da fazenda (...). (2012, p. 376)

Sobre este processo de transformação econômica do Brasil no ano de 1958, Celso Furtado vê a origem da elite cafeeira no pequeno empresário que passa a investir pesadamente na produção do café após o preço deste subir continuamente. A chegada da família Real teria criado uma demanda por gêneros supridos pela interiorização fluminense e mineira, o que teria criado a acumulação de capital necessária para o investimento, pois:

O abastecimento do mercado passou a constituir a principal atividade econômica dos núcleos de população rural que se haviam localizado no sul da província de Minas como reflexo da expansão da mineração. O comércio de gêneros e de animais para o transporte desses constituía nessa parte do país a base de uma atividade econômica de certa importância, e deu origem à formação de um grupo de empresários comerciais locais. Muitos desses homens, que haviam acumulado alguns capitais no comércio e transporte de gêneros e de café, passaram a interessar-se pela produção deste, vindo a constituir a vanguarda na expansão cafeeira. (FURTADO, 2000)

O volume das exportações brasileiras e o nível de renda interna dependiam, em grande parte, do desempenho do setor cafeeiro e da própria política econômica do governo que tinha nesta produção um marco de referência obrigatória (SOUZA, 2008). Furtado (1954, p. 113), cita que no primeiro decênio da independência, o café contribuiu com



aproximadamente 18% do valor das exportações brasileiras, colocando-se em terceiro lugar, logo após o açúcar e o algodão. Nos dois decênios seguintes passou para o primeiro lugar e representou mais de 40% do valor das exportações. Dessa forma, um período de escassez na oferta era inevitavelmente seguido por um período de superprodução.

O café, em confronto com a cana de açúcar, é uma planta delicada. Os limites de temperatura dentro dos quais o café prospera favoravelmente são estreitos: 5° e 33° C. O cafeeiro é muito sensível tanto às geadas como ao calor e insolação excessivos” (JÚNIOR, 1997, p. 161).

No decorrer dos anos e em meados da década de 30, o café se firma como principal elemento da exportação brasileira e sua progressão é contínua. Graças a essa nova riqueza forma-se um sólido núcleo de estabilidade na região central mais próxima da capital do país, onde houve uma alta produção de café, denominada a região de Vale do Paraíba, estrategicamente feito o plantio e o estímulo de crescimento da região por ficar geograficamente entre Rio de Janeiro e São Paulo.

A maior crise econômica que assolou a economia capitalista foi deflagrada pelo colapso da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, generalizando-se para o conjunto do mundo capitalista ao longo da primeira metade dos anos de 1930. Desta forma, a depressão de 1929-30 trouxe um colapso financeiro como consequência para a economia agroexportadora fundada no café e atrelada aos interesses ingleses. Em meio à essa crise ainda ocorreu uma importante mudança política no país, que conduziu ao poder forças políticas que, durante a década de 1920, haviam realizado vários enfrentamentos com o governo da República Velha.

No Brasil, a depressão causou um impacto negativo sobre as exportações. Os valores sofreram uma queda de US\$ 445,9 milhões em 1929 para US\$ 180,6 milhões em 1932 (BAER, 1995). O preço do café atingiu um terço do preço que foi alcançado entre 1925 e 1929 e as relações de troca do

país caíram em torno de 50%. Além da redução das receitas de exportação, a entrada do capital estrangeiro cessou quase por completo.

A quebra do andamento do modelo econômico primário exportador veio da crise prolongada de 1930. Esse desequilíbrio externo encorajou boa parte dos governos para que fosse priorizada uma série de medidas que buscaram proteger o mercado interno dos impactos da crise internacional (TAVARES, 1986). Na posição de Furtado (1954), quando o governo federal optou pela compra do excedente de café advindo de uma séria crise, ele manteve os preços do principal produto comercializado no país.

Assim sendo, o governo parte para uma política de expansão de créditos com propósito de reagir à crise do período, ao invés de elaborar um programa mais austero e rigoroso. A consequência desta decisão foi à efetivação de uma política *keynesiana* de suporte à demanda agregada e ao emprego que atingiu a cultura cafeeira e também o complexo econômico a sua volta (FURTADO, 1954).

O ponto inicial do processo de consolidação da produção industrial brasileira foi, sem dúvidas, o período da Grande Depressão de 1930 que afetou não apenas o Brasil, mas o mundo todo. Seguidamente, o café deixou de ser o produto principal da economia do país.

Todavia, muitos problemas surgiram: silos e processos de armazenar seus produtos, os agricultores faziam empréstimos sem ter condições de pagá-los; a falta de consumidores no setor da indústria teve que limitar sua produção, tendo como consequência a demissão em massa de funcionários; a crise chegou ao mercado de ações, levando a quebra (*crash*) da Bolsa de Valores de Nova York (VERSIGNASSI, 2011).

No Brasil, a Revolução de 1930 gerou a perda da hegemonia política pela burguesia cafeeira em favor da classe industrial em ascensão, impulsionando o avanço do processo de industrialização no país e iniciou uma substituição de importações (VERSIGNASSI, 2011). Este momento do Brasil representou uma mudança qualitativa na

formação industrial, em especial, de bens de capital e insumos para a indústria nacional.

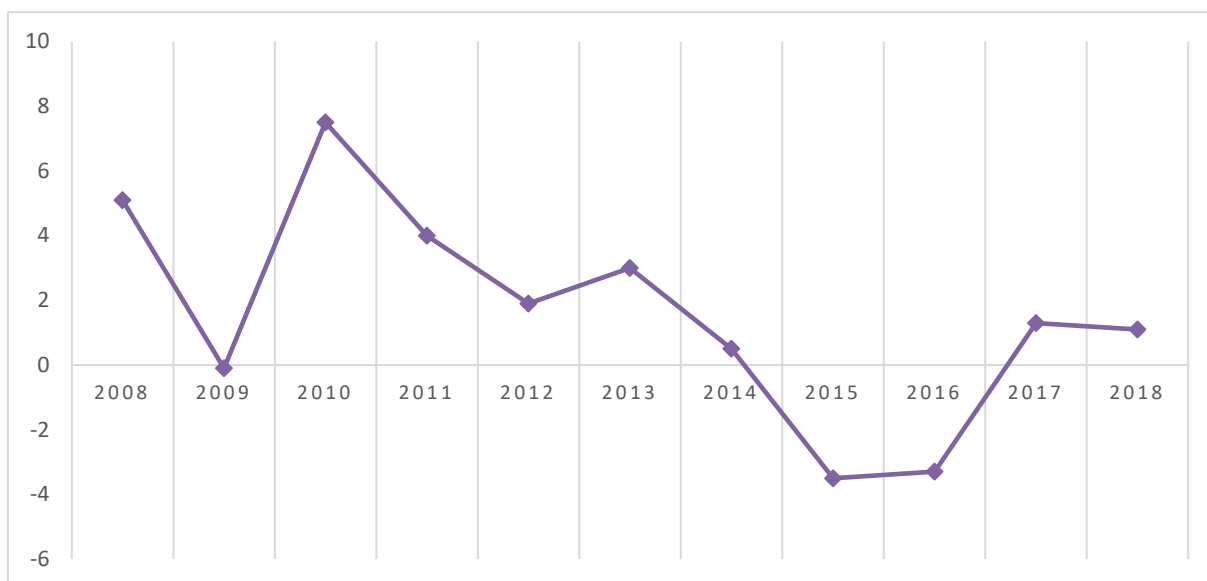
Assim, a industrialização brasileira sintetizou essa série histórico na expressão do processo de industrialização por substituição de importações (ou PSI). Furtado (2000) compreende que a indústria brasileira saiu fortalecida do choque adverso que foi a Grande Depressão de 1930. Este processo de substituição foi lento e gradual, planejado na base de uma economia agroexportadora, resultante de seu crescimento e diversificação.

Os acontecimentos que levaram a agro exportação e suas atividades a se expandirem, evidenciaram um sistema de desenvolvimento capitalista e diversificado (FURTADO, 2000). Desta forma, podemos entender que não basta a concentração de renda em um único segmento ou classe social para que aconteça a industrialização. É preciso que haja a disposição de investimento no intuito de aplicação da renda monetária para sua reprodução e expansão.

### **DADOS 2008 A 2018 DO AGRONEGÓCIO**

Ao analisar os dados sobre a produtividade do setor nos anos de 2008 a 2018 e a colocação do Brasil na pauta de exportação e importação, podemos identificar a força e a contribuição do agronegócio no contexto de formação e solidificação da economia e industrialização econômica brasileira. A necessidade de diversificação e tecnologias empregadas para efetivar o escalonamento de produção e ser o celeiro mundial.

Dado este contexto, podemos identificar no gráfico abaixo a variação do PIB nos últimos tempos, em anos mais atenuantes para queda como o de 2015 e anos com forte ascensão como em 2010. Essa volatilidade quantitativa é a somatória de contas internas e externas, balanças de pagamento e políticas monetárias e fiscais implementadas no país.



**Gráfico 1 - Variação histórica do PIB Brasileiro**

Fonte: IBGE. 2018

O gráfico apresenta um estudo de 10 anos (entre 2008 a 2018), em que é possível destacar pontos muito importantes, como o ano de 2010 e o ótimo desempenho da economia obtendo a maior taxa de crescimento dos últimos 24 anos, impulsionada pela forte demanda interna e pelo fraco desempenho econômico no ano anterior. Neste ano, em valores correntes o PIB brasileiro atingiu R\$3,675 trilhões; neste mesmo período o 'PIB Per Capita' (Produto interno produto dividido pela quantidade de habitantes no país), alcançou a marca de R\$19.016,00. Já no emblemático ano de 2015 foi registrada a maior queda desde que o IBGE começou a efetivar a mensuração do PIB, e o encolhimento de 3,8% em relação ao ano de anterior. Em valores correntes, o PIB de 2015 foi registrado em R\$5,9 trilhões; já o PIB Per Capita alcançou R\$28.876 no período, com queda de 4,6% em relação ao ano anterior. Neste ano de 2015 o setor de serviços e indústrias obtiveram quedas fortes em suas produtividades, e especificamente o agronegócio alcançou 3,5% de crescimento alavancados pela soja e milho em grão. (Dados: Agência IBGE)

Entre os anos de 2009 a 2010, com consequências da crise econômica internacional, a participação do agronegócio nas exportações totais brasileiras

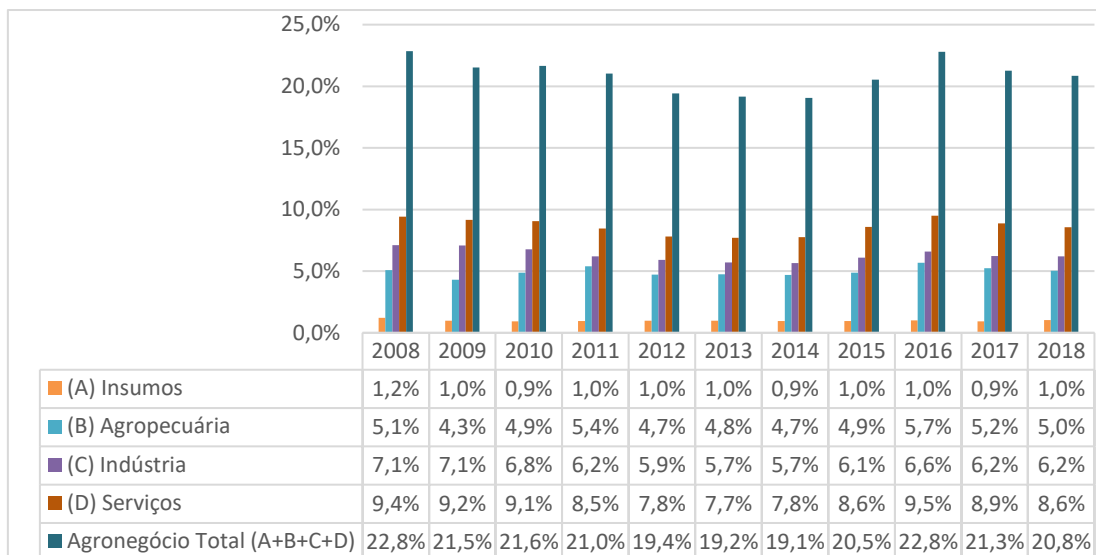
caiu de 42,5%, em 2009, para 37,9%, em 2010. Em 2009 as exportações do agronegócio tiveram queda inferior à registrada pelos demais setores, uma vez que a demanda por produtos agropecuários é menos influenciada pela renda.

Em 2011 pode-se perceber um fraco desempenho da economia brasileira comparado ao crescimento de 7,5% de 2010. Por outro lado, foi um desempenho acima da média mundial, que sofreu com os efeitos provocados pela crise econômica na Europa e nos Estados Unidos. O Brasil tornou-se em 2011 a sétima maior economia do mundo.

Em 2018, a soma de bens e serviços gerados pelo agronegócio chegou a R\$1,44 trilhão, que correspondeu a 21,1% do PIB brasileiro. E dentre as atividades econômicas, o setor agrícola correspondeu 74% desse valor, e a pecuária correspondeu a 26%. (Dados IBGE- CNA)

## **PIB Agronegócio**

Os setores que compõem o agronegócio são agrupados em quatro segmentos que constituem a cadeia produtiva: Insumos, Agropecuária, Agroindústria e Serviços. O agronegócio como um todo (não somente o segmento da agropecuária) é subdividido em dois ramos: agricultura e pecuária. Para essa desagregação ponderam-se os valores de produção e de insumos pela participação de cada produto no valor de produção total e de consumo intermediário total, de acordo com os dados do Censo Agropecuário.



**Gráfico 2- Participação do Agronegócio no PIB do Brasil**

Fonte: CEPEA- USP e CNA.2020

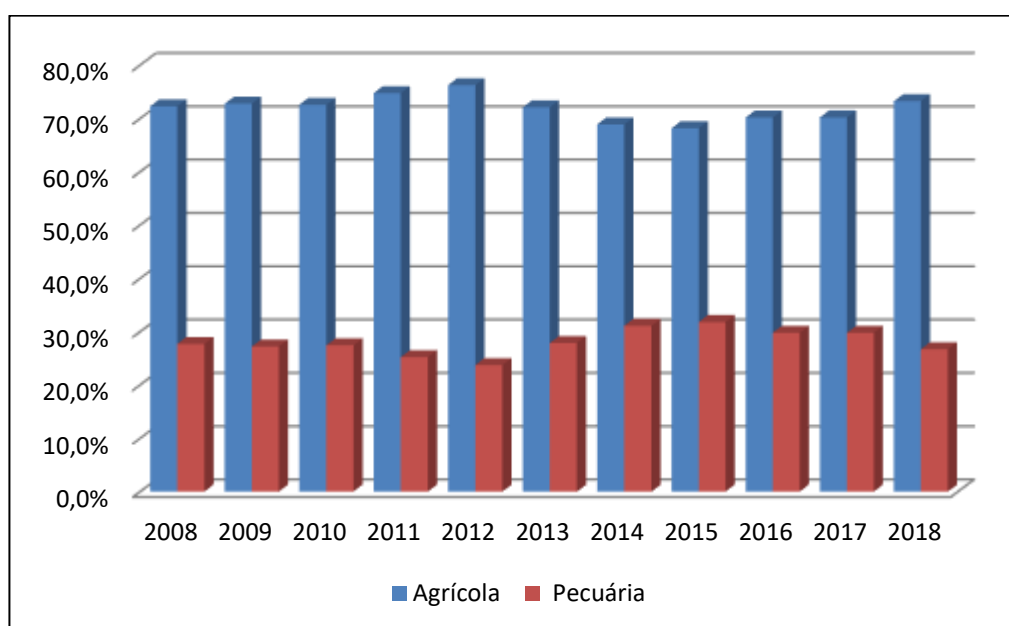
Como podemos analisar no gráfico, durante o período destacado, o agronegócio foi o setor que se manteve mais constante, ou até mesmo em um progresso de crescimento interno e externo. As importantes pautas do ramo agrícola e pecuário fortaleceram a economia do Brasil internacionalmente, e com projeções de ganhos de mercado.

Assim como vimos no gráfico 1, independente da queda do PIB em 2015, o setor do agronegócio foi o que se manteve com resultados positivos e com boas projeções de crescimento. Entretanto no ano posterior só não obteve safras com resultados superiores, devido a uma alteração de clima com o fenômeno meteorológico “El Nino”, que gerou uma perda na safra de algodão e grãos, retraindo o PIB do agronegócio em 4,3% no período.

O agronegócio gera alto impacto na indústria, como seus equipamentos, fertilizantes, maquinário e no processo industrial do alimento até a mesa do consumidor, e são setores essenciais nos mercados de bebida, têxtil, fumo, celulose e biocombustível.

Diversas etapas da cadeia produtiva devem ser atendidas, sendo necessário alta tecnologia para a evolução na gestão da terra, a colheita de frutos da melhor qualidade, ser colhido da melhor forma, e a redução do excedente evitando prejuízos.

A mesma aplicação para a pecuária, onde a cadeia produtiva deve estar atenta à saúde dos animais, normas de órgãos reguladores como a vigilância sanitária, e o não sofrimento do animal. São produzidos diversos manuais para procedimentos serem executados repetidamente, como a diminuição do sofrimento animal e redução de danos no produto (como a carne ficar dura, por o animal sentir dor e retrair seus músculos durante o seu abate). Neste setor é necessário o desenvolvimento de toda uma cadeia, como o confinamento do gado, da condição climática da granja, o peso e densidade do animal na suinocultura.



**Gráfico 3- Valores internos dos setores agrícola e pecuária**

**Fonte: CEPEA .2020**

No gráfico 3 podemos analisar os volumes que os setores da agrícola e pecuária individualmente geram para o PIB do agronegócio no país. Durante o período analisado o setor agrícola permanece com os maiores resultados e com maior carga de produção. Da mesma forma na pecuária sendo o maior exportador mundial de carne de frango e segundo maior em carne de soja. Grande parte dessa massa produzida se deve ao investimento em tecnologia, crédito concedido aos produtores através de financiamentos para a compra de insumos agrícolas modernos. No ramo de insumos podemos identificar como produção exercida em grande escala, a ração advinda pelas altas das cotações de milho e farelo de soja.

A partir destes dados apresentados podemos justificar o título do Brasil como o “celeiro do mundo” e justificar a projeção em chegar ao *Big Five* (as 5 maiores potencias mundiais em produção de grãos que são EUA, Canadá, Austrália Argentina e União Europeia) como o maior exportador de açúcar bruto, café e suco de laranja e segundo maior em soja.

No ano de 2016 especificamente é possível identificar uma alta após dois anos seguidos de quedas do setor agrícola. No período os produtos que impulsionaram os preços foram a cana, mandioca, café e soja. A alta da produção e do preço obtiveram resultados positivos. O milho, café e soja apesar de uma redução de produção e altas em suas cotações elevaram o faturamento. O café mais especificamente como sendo um produto de alto consumo brasileiro, teve alta em sua produção neste ano de 2016, mais especificamente do café arábica. Em sua área de produção e produtividade da lavoura, porém podemos identificar neste mesmo período uma queda em alguns estados brasileiros que tiveram secas e queda significativa da produção do produto, como Espírito Santo, Rondônia e Bahia. (Baseado em dados do Relatório CEPEA-2016).

Observando especificamente a pecuária, o frango registrou um avanço positivo e a bovinocultura de corte pressionou a alta do setor. Neste ano também foi possível identificar a alta nos resultados do setor de laticínios na produção industrial dos alimentos, em que houve uma elevação forte dos preços devido a valorização da matéria-prima. Neste ano, com uma crise político-econômica, advinda de anos e com reflexos em uma aceleração da inflação, PIB e contas públicas, finalmente chegou à mesa do brasileiro com reflexos diretos em seus alimentos impulsionando a elevação do consumo de ovos em substituição das carnes que são demandadas diariamente. Em 2016, foi possível identificar um crescimento em valores, preço e qualidade dos ovos em relação a boi gordo, rango e leite que não acompanharam o mesmo ritmo de crescimento. (Baseado em dados do Relatório CEPEA-2016).

No ano de 2017 os grãos ganharam grande destaque e a produção de milho bateu recordes mundialmente e no Brasil, o que conseqüentemente gerou um condicionamento de elevação para as cotações domesticas do grão. Com uma alta oferta do produto e uma queda de suas cotações, o valor pago ao



produtor ficou abaixo do mínimo do governo em algumas determinadas regiões brasileiras, assim o governo federal interveio com o propósito de sustentar o preço ao produtor e conseqüentemente favorecer o escoamento da produção (Baseado em dados do Relatório CEPEA-2016).

Esta alteração de padrão de consumo e substituição de itens, pode ser justificada tanto pela crise econômica registrada nos últimos anos no Brasil, como recessões e quedas do PIB mostradas no gráfico 1, que impactam diretamente o salário real do brasileiro e sua cesta de alimentos, que precisa buscar alternativas para adequar mensalmente seus consumos e consumir produtos mais baratos e acessíveis, como a substituição de carne bovina por frango e ovos. Este padrão de comportamento é recorrente em épocas de recessões e crises econômicas: entre os anos de 2016 e 2017, especificamente, podemos observar este padrão de substituição do setor agropecuário fortemente no mercado doméstico, impactando a queda dos preços do boi gordo e do bezerro, e alta nos preços e demandas para ovos e frango.

Na bovinocultura de corte, a queda no faturamento anual é reflexo da redução nos preços reais (12,45%), já que a produção apresentou crescimento no ano (4,27%). Segundo a equipe Boi/Cepea, o setor pecuário já esperava um ano de dificuldades em 2017, sobretudo relacionadas às vendas internas (devido à crise econômica). Os acontecimentos referentes à cadeia agroindustrial da carne bovina brasileira (relacionados à operação “Carne Fraca” da Polícia Federal, que colocou em xeque o sistema de inspeção sanitário do País), se somaram às dificuldades que já vinham sendo enfrentadas pelo setor, impactando diretamente sobre a demanda e os valores da arroba. - Relatório CEPEA – USP, 2017.

Diante deste cenário podemos destacar também que a alteração de comportamento de consumo é um fator significativo para o setor, e que é necessária a atenção a um novo padrão de consumo mais consciente, como a busca de produtos mais orgânicos, com produtores menores e mais locais (incentivo à agricultura familiar), o hábito das famílias em busca de alimentos em feiras livres ou produtores específicos que mostrem uma produção sem

fertilizantes, pautando uma preocupação de bem estar próprio (saúde), envolvimento com a comunidade local (social) e resultados econômicos (global).

## **Cadeia produtiva do agronegócio**

A Cadeia Produtiva, ou o mesmo que *supply chain*, de forma simplificada pode ser definida como um conjunto de elementos (“empresas” ou “sistemas”) que interagem em um processo produtivo para oferta de produtos ou serviços ao mercado consumidor.

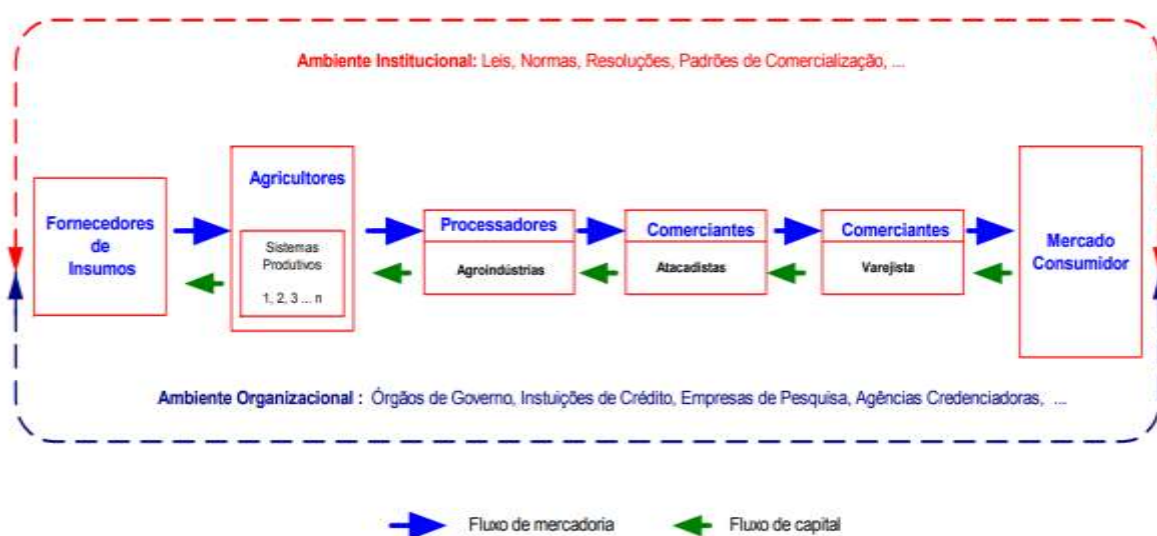
Em virtude da globalização, evolução dos mercados consumidores, e implementações tecnológicas dos processos produtivos; o conceito de cadeia produtiva tem sido aprimorado.

Especificamente, no caso de produtos de origem vegetal, a cadeia produtiva pode ser visualizada como a ligação e inter-relação de vários elementos segundo uma lógica para ofertar ao mercado commodities agrícolas: In natura ou processadas. Neste contexto, conforme a metodologia proposta pela EMBRAPA, atuam neste sistema cinco segmentos constituídos dos seguintes atores (SCHULTZ, 2001)

- Fornecedores de Insumos: as empresas que têm por finalidade ofertar produtos tais como: sementes, calcário, adubos, herbicidas, fungicidas, máquinas, implementos agrícolas e tecnologias.
- Agricultores: são os agentes cuja função é proceder ao uso da terra para produção de commodities tipo: madeira, cereais e oleaginosas. Estas produções são realizadas em sistemas produtivas tipo fazendas, sítios ou granjas.
- Processadores: são agroindustriais que podem pré-beneficiar, beneficiar, ou transformar os produtos in-natura. Exemplos: (a) pré-beneficiamento - são as plantas encarregas da limpeza, secagem e armazém de grãos; (b) beneficiamento - são as plantas que padronizam e empacotam produtos como: arroz, amendoim, feijão e milho de pipoca; (c) transformação - são plantas que processam uma determinada matéria

prima e a transforma em produto acabado, tipo: óleo de soja, cereal matinal, polvilho, farinhas, álcool e açúcar.

- Comerciantes: os atacadistas são os grandes distribuidores que possuem por função abastecer redes de supermercados, postos de vendas e mercados exteriores. Enquanto os varejistas constituem os pontos cuja função é comercializar os produtos junto aos consumidores finais.
- Mercado consumidor: é o ponto final da comercialização constituído por grupos de consumidores. Este mercado pode ser doméstico, se localizado no país, ou externo quando em outras nações.

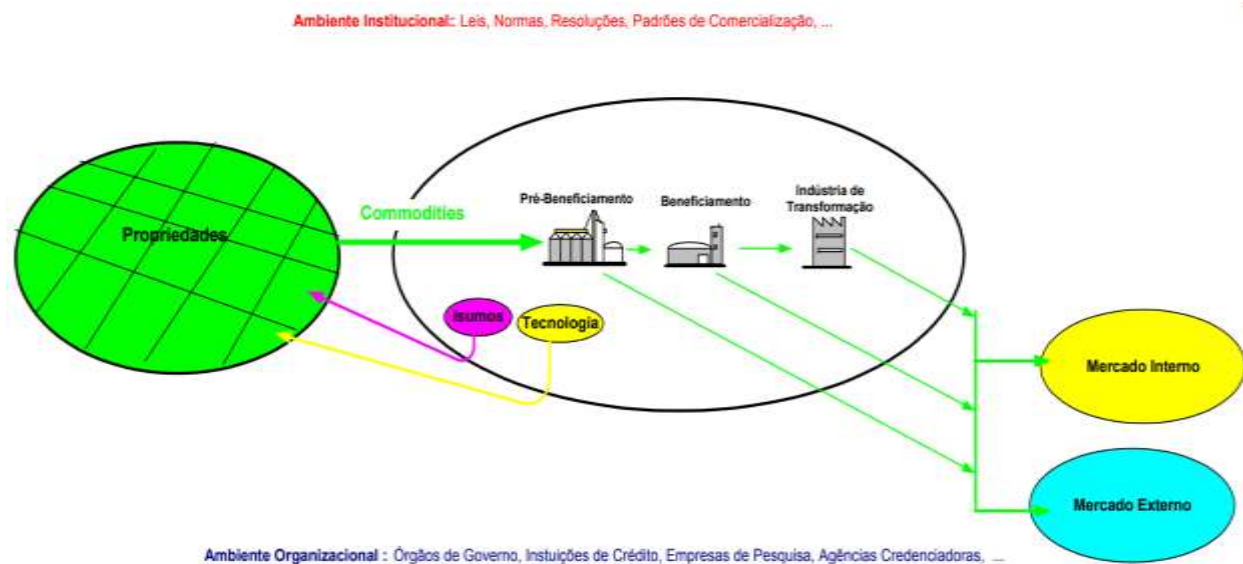


**Figura 1- Representação esquemática de uma cadeia produtiva de produto de origem vegetal, segundo metodologia da EMBRAPA**

A constituição das cadeias produtivas não segue padrões pré-estabelecidos. Pois, cada arranjo depende de inúmeras variáveis, que normalmente estão associadas aos contextos regionais e as exigências de mercado. No caso específico das cadeias produtivas de produtos de origem vegetal são apresentados dois exemplos nas Figuras 2 e 3.

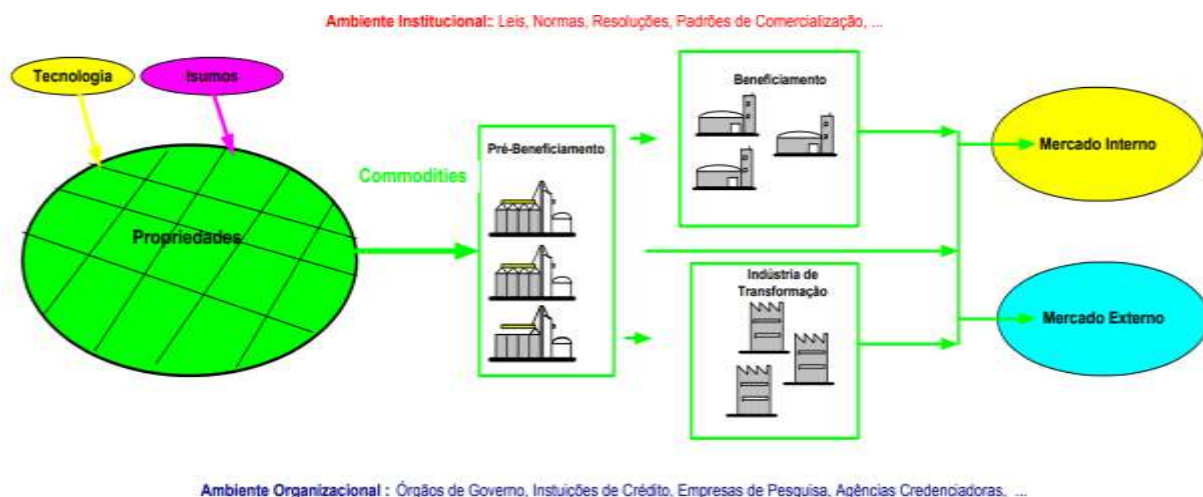
Neste cenário são definidas estratégias para o estabelecimento de competitividade e o uso dos recursos logísticos. É amplamente reconhecida, que a cooperação entre os segmentos e elementos da cadeia é a ferramenta mais eficaz para o sucesso no mercado interno e externo. Ou seja, quanto mais efetiva é a cooperação; maiores são presença de mercado e competitividade.

Por exemplo, no caso de ações internas pode ser citado o efeito decorrente da organização de agricultores em cooperativas. Nesta situação por meio das cooperativas os associados: (i) compram e comercializam insumos, (ii) armazenam e comercializam commodities, e (iii) beneficiam ou transformam matérias primas. Isto geralmente imprime maior grau de competitividade para o grupo de associados. Como ações externas podem ser citadas os impactos decorrentes, por exemplo, da: (i) alteração ou criação de alíquotas de impostos, (ii) imposição de barreiras alfandegárias aos produtos destinados a exportação, (iii) normatização de procedimentos de classificação, e (iv) definição de exigências por parte do mercado consumidor quanto aos padrões de qualidades física, sanitária e nutricional.



**Figura 2 - Representação de uma cadeia produtiva tipo dedicada, segundo metodologia EMBRAPA**

Na Figura 2 é representada uma cadeia produtiva dedicada. Isto significa que fluxos de insumos, matérias primas, produtos e capitais, bem como, os repasses de tecnologia ocorrem sob regências contratuais. E estes são estabelecidos para garantir a fidelidade entre os segmentos e elementos da cadeia.



**Figura 3- Representação de uma cadeia produtiva com integração horizontal, segundo metodologia EMBRAPA**

Na Figura 3 é representada uma cadeia produtiva com integração horizontal. Neste caso os elementos de um dado segmento podem executar a mesma função em várias cadeias, como também, vários elementos podem executar a mesma função em um dado segmento.

Com relação ao tráfego de matérias primas e produtos acabados, são empregados os transportes por via aérea, terrestre e aquaviária. O emprego da modalidade aérea no Brasil é aplicado ao transporte de produtos perecíveis como frutas, por exemplo o mamão no estado do Espírito Santo, e pescados in natura. Por via terrestre são empregados os modais rodoviários e ferroviários. O modal rodoviário é caracterizado pela (i) maior flexibilidade na escolha de rotas em razão da densidade das malhas viárias existentes; (ii) a flexibilidade de horários devido a não existência de esquemas rígidos de controle de tráfego; (iii) a possibilidade de efetuar o transporte deste o ponto de partida ao de chegada sem necessidade de transbordo; (iv) a possibilidade de integrar a sistemas intermodal e multimodal; e (v) alto custo de manutenção dos veículos e dos eixos de transporte.

O modal ferroviário caracteriza-se por possuir grande capacidade de carga em relação ao seu custo operacional, pois com 1 litro de óleo diesel, um caminhão pode desloca 30 t por 1 km, enquanto um trem movimenta 125 t por 1 km. No transporte de *commodities* agrícolas tem sido caracterizado pelo

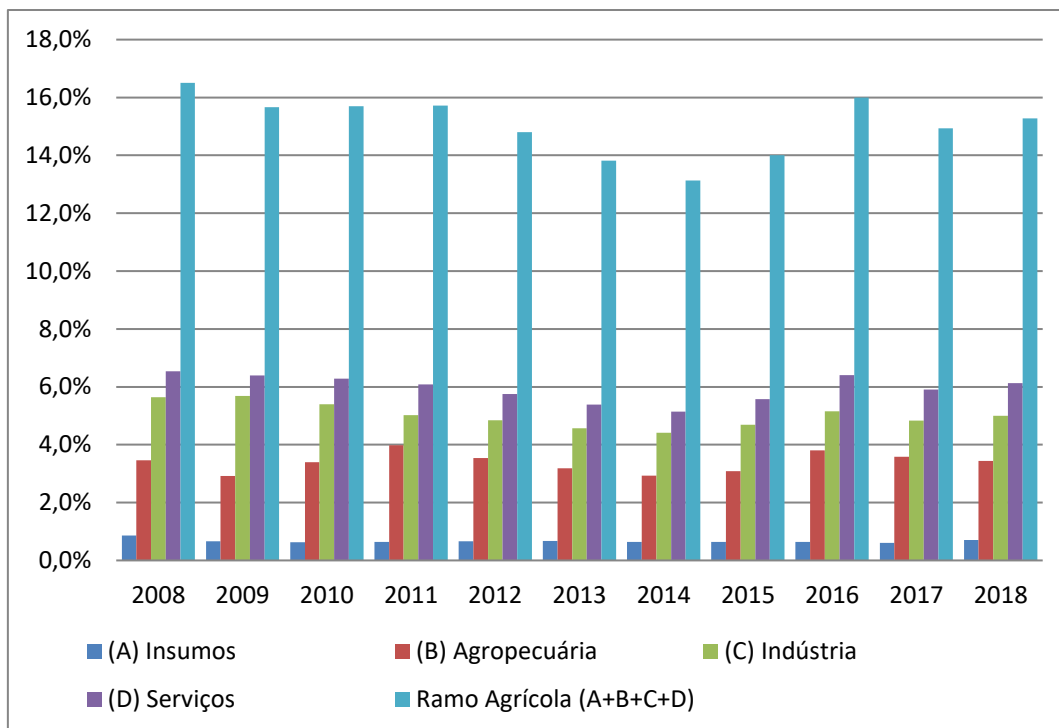
transporte intermodal rodoferroviário, em que são utilizadas estações de transbordo em que são descarregados os caminhões e carregados os vagões.

Quanto ao transporte aquaviário os modais empregados são marítimos e hidroviários. O marítimo tem sido empregado para cargas como carnes congeladas, madeira e grãos. E o hidroviário para madeira e grãos.

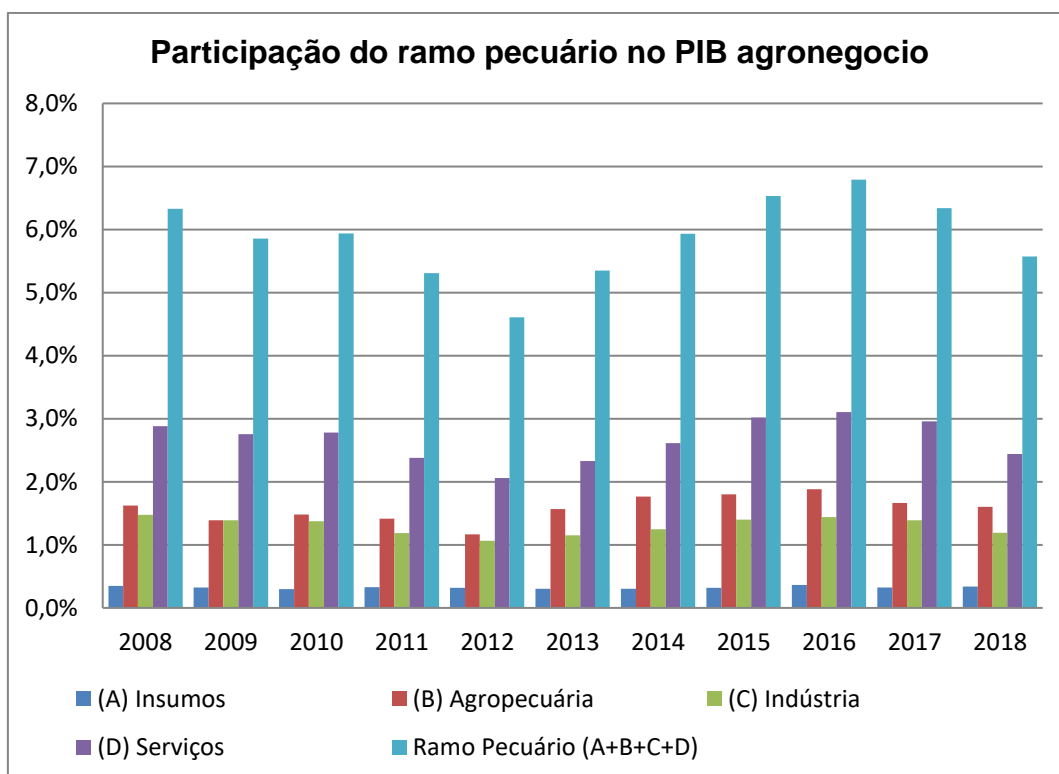
O estabelecimento da forma de transporte apropriada para uma dada carga fundamenta-se escolha do modal, sendo necessário considerar: (i) o tamanho do lote – o que pode ser expresso em unidade de volume ou de peso; (ii) a quantidade de lotes a serem carregados por um dado eixo de transporte, o que define a densidade de transporte que é expressa em toneladas por quilometro; (iii) à distância a ser percorrida, e (iv) as características da mercadoria, tais como: valor, perecibilidade e periculosidade.

### **Ramo agrícola e pecuário no PIB**

Dentro da cadeia produtiva do Agronegócio podemos entender como a soma de quatro segmentos: insumos para a agropecuária, produção agropecuária básica, ou primária, agroindústria (processamento) e agro-serviços. A análise desse conjunto de segmentos é feita para o ramo agrícola (vegetal) e para o pecuário (animal). Ao serem somados, com as devidas ponderações, obtém-se a análise do agronegócio. Assim, em conjuntura total do PIB do Agronegócio apresentado no gráfico 4 existe a divisão dos setores entre ramo agrícola e pecuário mostrado no gráfico 5.



**Gráfico 4 - Participação do ramo agrícola no PIB agronegócio**



**Gráfico 5 - Participação do ramo pecuário no PIB agronegócio**

Em uma análise dos gráficos e seus valores, o setor agrícola tem grande ênfase nos dados e no peso do PIB final. Esse valor se reflete no decorrer da cadeia produtiva e como os setores de serviço, tecnologia e insumos se adequam a ela. O setor agrícola

tem grande ênfase na pauta exportadora, grande reflexo em números e como os subsídios são aplicados e definidos para que ocorra alavancagem do setor e um foco maior para seu desenvolvimento e sustendo econômico.

### **Conjuntura Governamental**

A ruptura política que levou à emergência de Michel Temer ao poder (2016-2018), em substituição à presidente deposta Dilma Rousseff (2011-2016), conduziu a inflexões também na política externa brasileira, que abandonou a ênfase em uma perspectiva política da inserção internacional do país em favor da retomada da perspectiva comercialista prevalecente na década de 1990. Os novos rumos definidos para a política externa acompanhavam a mudança na política econômica, que passou a se orientar pela promoção de reformas estruturais, marcadas pela redução da presença do Estado na economia.

### **Governo PT**

Autores consideram que a política externa do governo Dilma deu sequência ao que vinha sendo cumprido desde o governo do ex-presidente Lula, ainda que com menor intensidade (Saraiva 2014; Sousa 2016). Elas apontam que a política externa desenvolvida durante o governo Dilma deu continuidade no caráter ativo da política externa, ainda que tenha sido menos ativa. Segundo Saraiva 2014, o perfil de Dilma e Lula podem também ter influenciado este processo.

Podemos observar que a diminuição da taxa de crescimento do PIB no primeiro governo Dilma deve ser atribuída, de algum modo, à desvalorização internacional do preço das commodities e observar que a expansão da economia mundial na primeira década do século XXI teria privilegiado e pautada na introdução internacional brasileira via políticas Sul-Sul.

A política externa dos governos Lula buscava refletir os interesses da frente neodesenvolvimentista dirigida pela grande burguesia brasileira, evidentes nas seguintes ações:

- (i) o apoio do Estado para a conquista de novos mercados para exportação de seus produtos e para a realização de investimentos diretos no exterior;
- (ii) a prioridade para os seus



produtos e serviços nas compras do Estado e das empresas estatais e (iii) uma maior proteção do Estado para o mercado interno. Para nós, foi justamente por isso que os principais focos de atuação internacional do Estado brasileiro foram: (i) a ênfase nas relações Sul-Sul; (ii) a prioridade dada à América do Sul; (iii) a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e (iv) as negociações e o arquivamento da proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) (Boito Jr e Berringer 2013, 34 e 35).

Bastos e Hiratuka (2017) e Boito Jr. e Berringer. (2013) apontam que a política econômica dos governos Dilma teria dado continuidade à estratégia da inserção internacional iniciada nos governos Lula. E, nesse sentido, a política externa buscava privilegiar os interesses da burguesia interna brasileira, fração de classe que dirigia o bloco no poder do período (Boito Jr e Berringer 2013).

O governo Dilma elevou barreiras comerciais e exigências de conteúdo nacional como contrapartida de acesso a subsídios fiscais e encomendas estatais, de modo a estimular o investimento direto externo em substituição de exportações oriundas de outros elos da rede produtiva das corporações transnacionais, na cadeia do petróleo, nos ramos de equipamentos militares, de comunicação e hospitalares, eletrônicos e automobilística (Bastos 2012b apud Bastos e Hiratuka 2017, 17).

A partir de 2012/2013, em meio a menores taxas de crescimento globais, e, em especial, com a redução do preço internacional das commodities, a economia brasileira, em posição dependente na divisão internacional do trabalho, começou a apresentar maiores impactos. Com isso, a economia brasileira passou a gerar menores taxas de crescimento, quando não um decréscimo no PIB como ocorrido em 2015 e 2016. Em outras palavras, foi a partir desse momento que setores da grande burguesia interna começaram a tecer críticas aos resultados da política econômica e da política externa do governo Dilma (Berenger e Reis 2018)

Sustentamos então que não houve uma mudança de grade formato no projeto de inserção internacional brasileiro entre os governos Lula e Dilma. Isto é, a estratégia desempenhada na política econômica, social e externa continuou pautada pela plataforma neo-desenvolvimentista.

Contudo, com a existência dos impactos da crise doméstica e externa, parte desta fração de classe teria ficado insatisfeita com os resultados proporcionados pelas políticas de Dilma, assumindo uma posição crítica e se aliando à frente neoliberal ortodoxa que apoiou e se beneficiou do impeachment em 2016. Os principais motivos para a perda do apoio dessa fração ao governo foram, o menor crescimento do PIB, reflexo da crise financeira internacional, além do aumento do número de greves e dos ganhos reais de salário dos trabalhadores. Isso levou, segundo Óbito Jr. (2018), à quebra da frente neodesenvolvimentista, fazendo com que parte da burguesia interna brasileira se aliasse à frente neoliberal ortodoxa, composta pela burguesia compradora (especialmente, composta pelo capital financeiro e capital externo) e pela alta classe média.

Assim, nos governos Dilma nota-se a continuidade das políticas de integração regional, de construção dos BRICS, e aproximação com o Estado chinês que garantiram maior poder de barganha ao Estado brasileiro em negociações internacionais, e aumentaram a margem de manobra do Estado em relação aos EUA. A exemplo disso podemos citar a expansão do Mercosul, por meio da entrada do Estado venezuelano em 2012, após a suspensão do Estado paraguaio.

## Política Externa

Tabela 1- Segundo Mandato Governo Lula

<b>Principais ações política externa</b>	<b>Contexto Econômico</b>
Aliança com países em desenvolvimento; Foco no mercado interno; Brasil se torna mediador de conflitos na América do Sul; Maior influência no âmbito diplomático global	Crise econômica nos EUA em 2008; Diferença econômica Brasil x América do Sul.

Percebe-se que a política externa não sofreu mudanças significativas no segundo mandato de Lula. O Brasil foi consolidado como a principal economia da América do Sul. A atenção para novos parceiros comerciais, em especial com países emergentes, impactou a política externa brasileira, de modo a se evidenciar certa autonomia frente aos EUA.

A relação com países sul-americanos tornou-se complexa e houve aumento de financiamento em infraestrutura nesses países através do BNDES. Apesar da insistente busca por posição de mando, Lula desenvolveu o país internamente e incentivou as exportações.

**Tabela 2- Primeiro mandato Dilma**

<b>Principais ações de política externa</b>	<b>Contexto Econômico</b>
Aumento do protecionismo; Visitas principalmente ao MERCOSUL; Fortalecimento da relação com a China; Redução da diplomacia em relação ao período anterior.	Contexto externo menos otimista; China se consolida como potência econômica

O início do mandato de Dilma, de acordo com a tabela 2, o cenário externo era menos otimista do que os períodos anteriores, e suas principais ações de política externa foram o aumento do protecionismo, visitas presidenciais focadas no Mercosul e uma participação diplomática menor em relação ao seu antecessor. Outro ponto de destaque foi o fortalecimento das relações comerciais com a China, que se consolidou como uma das principais potências mundiais.

**Tabela 3 - Segundo Mandato Dilma**

Principais ações de política externa	Contexto Econômico
--------------------------------------	--------------------

<p>Oriente Médio;  Estreitamento das relações com EUA;  Redução da diplomacia em relação ao período anterior.</p>	<p>Desaceleração econômica mundial;  Crise política e institucional generalizada nacional.  Desaceleração dos investimentos e crescimento das desonerações fiscais e subsídios.</p>
---	---

No segundo mandato Dilma, de acordo com a tabela 3, o cenário externo é turbulento e com questões mais difíceis nas relações internacionais, principalmente pelas visitas presidenciais e participação diplomática menor em relação do que ao mandato anterior. O ponto de destaque desse mandato é a conflituosa relação interna política que gerou pós assumir o mandato.

## CONCLUSÃO

O setor do agronegócio continua apresentando grande importância na economia do país, nos hábitos de consumo das famílias e nas políticas públicas de desenvolvimento. Principalmente em função da manutenção de seu papel estratégico para o ajuste da conta de transações correntes da balança de pagamentos, de modo que, apesar das mudanças fundamentais ocorridas na política externa brasileira, o agronegócio continua sendo predominante na agenda de negociações comerciais internacionais sobre agricultura e firmação de acordos internacionais com o Brasil.

Com os dados, gráficos e números apresentados, podemos concluir que este setor abrange uma alta gama de outros sub - setores de sua cadeia produtiva para se manter e continuar gerando a movimentação econômica. A agricultura familiar e a grande industrial fomentam recursos financeiros, tecnologia e estudos específicos fazendo a economia ter seu desenvolvimento e construção de uma base sólida e potencialmente agrária no Brasil. Os números mostrados de importação e exportação de produtos agropecuários nos baseiam e fazem o enredo de nosso país ser um *BIG FIVE* cada vez mais consolidado, e com estrutura para chegar na potência dos países que participam deste grupo.

Em muitas regiões e cidades brasileiras a agricultura e pecuária são os únicos recursos econômicos para que as famílias garantam seu meio de sobrevivência, deixando assim mais claro porque somos intitulados o “celeiro do mundo”.

Dados e evidências desde a formação do capitalismo industrial no Brasil mostram que nosso crescimento tem o enredo agropecuário, e que com o passar dos anos se fortificou, cresceu e se transformou. Devemos capacitar ainda mais este setor com profissionais e tecnologia, mão e obra especializada, estudos em massa e insumos de alta patente para que nossa economia seja consolidada e estruturada sem altas oscilações agressivas ou constantemente deficitárias.

## BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1992.

Abbade, E.B. **O papel do agronegócio brasileiro no seu desenvolvimento econômico**. Centro Universitário Franciscano – Faculdade Palotina de Santa Maria (FAPAS). 2014.

**Agencia de Notícias IBGE** < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>> Acessado em abril de 2020

BASTOS, Pedro Paulo; HIRATUKA, Celio. **A política econômica externa do governo Dilma Rousseff: comércio, cooperação e dependência**. Instituto de Economia/Unicamp, 2017. (Texto para Discussão 306).

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Ed. Nobel, 1995

BOITO JR., Armando and. BERRINGER, Tatiana. **Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma**. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2013, vol.21, n.47, pp.31-38. ISSN 0104-4478.

**Censo Agropecuário 2017 – IBGE – site –**  
<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html>> Acessado em maio de 2020

CEPEA/ USP - **PIB AGRO** -< <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>> Acessado em maio de 2020

Davis, J.H. **Business responsibility and the market for farm products**. Boston Conference on Distribution, 17 Oct. 1955, box 1, folder 2. John H. Davis Papers, Special Collections, National Agricultural Library, Beltsville, Maryland.

Diniz, Monica. **Sesmarias e posse de terra: política fundiária para assegurar a colonização brasileira**

<<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia03/>  
> Acessado em: 25 de setembro de 2020.

FERREIRA, Aloysio Nunes. **As negociações Mercosul-União Europeia.**

O Estado de São Paulo, 28 dez. 2018. Disponível em:  
<<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-Artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-artigos/19878-as-Negociacoes-merc-sul-uniao-europeia-o-estado-de-s-paulo-28-12-2018>>. Acesso em  
30 de novembro 2019

FURTADO, Celso. **A economia brasileira: Contribuição à análise do seu desenvolvimento.** Rio de Janeiro: A noite, 1954.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2000.

IBGE –Sidra : Banco de Tabelas Estatísticas – site -  
<<https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca/brasil>> Acessado em abril de 2020

JÚNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil.** 42 edição, Brasiliense, São Paulo, 1997.

Macedo, Marcia. **Ciclo do café**  
<<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/ciclo-do-cafe>> Acessado em :16 de outubro 2020

MENDONÇA, M. L. R. F.. **Modo capitalista de Produção e Agricultura: A construção do conceito de agronegócio.** ( Tese de Doutorado em Geografia Humana)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humana na Universidade de São Paulo – USP 2013

Nassar, A. M. **Produtos da Agroindústria de exportação brasileira: uma análise das barreiras tarifárias impostas por estados unido e união europeia.** ( Tese de Doutorado em Administração ) Faculdade de economia, administração e contabilidade da Universidade de São Paulo - USP – 2004

Pereira,L.B. **Economia Brasileira – Uma introdução a critica** . Revisado e atualizado em 1986. Editora Brasiliense,1986 . 8º edição

**Relatório PIBAgro-Brasil; CEPEA – USP**. Publicado em 2015/2016. Acessado em abril de 2020 < [www.cepea.esalq.usp.br](http://www.cepea.esalq.usp.br)>

**Relatório PIBAgro-Brasil; CEPEA – USP**. Publicado em 2017. Acessado em abril de 2020 <[www.cepea.esalq.usp.br](http://www.cepea.esalq.usp.br)>

Ricardo e BORGES, Magno Fonseca. **“A morte do barão de Guaribu. Ou o fio da meada”**. **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada Hera** – vol. 07 n. 13, jul-dez 2012, pg. 57-94.

SARTI, Fernando; HIRATUKA, Célio. **Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais doméstica globais**. In CARNEIRO, Ricardo; BALTAR, Paulo; SARTI, Fernando (Org.). Para além da política econômica. São Paulo: UNESP Digital, 2018, Cap. 4, p. 127-170.

SILVA, Rafael Ricarte da. **"Sesmarias"**. In: **BiblioAtlas** - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: <<http://lhs.unb.br/atlas/Sesmarias>> Data de acesso: 19 de março de 2019.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **"Ciclo da Borracha"**; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/ciclo-borracha.htm>. Acesso em 15 novembro de 2020.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia brasileira contemporânea: de Getúlio à Lula**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SCHULTZ, G. **As cadeias produtivas de alimentos orgânicos do município de Porto Alegre/RS frente À evolução das demandas do mercado: lógica de produção e/ou de distribuição**. Porto Alegre: UFRGS. (Dissertação de Mestrado). 2001.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972



TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1986.

THE ECONOMIST. *The miracle of the cerrado: Brazil has revolutionized its own farms*. Can it do the same for others. Aug 26th, 2010.

VERSIGNASSI, Alexandre. **Crash: uma breve história da economia: da Grécia Antiga ao século XXI**. São Paulo: Leya, 2011.